Edição Nº 7 - 15 de Maio de 2023 Distribuição Gratuita

EMPRESAS EXTRACTIVAS ACELERAM A DEGRADAÇÃO DE **ESTRADAS PÚBLICAS**

- A utilização partilhada de infra-estruturas com empresas extractivas para além de acelerar a degradação não cria ligações entre as empresas e a economia local

Por: Rui Mate

1. Introdução

Com base numa visita a 5 projectos, entre Junho de 2022 e Janeiro de 2023, designadamente a África Great Wall Maning Company, a HAMC-Highland African Mining Company, Lda, a Kenmare, Jidal Steel e a Montepuez Ruby Mining constatou-se uma completa degradação de infra-estruturas de comunicação, concretamente estradas, que podiam dinamizar actividades privadas, o que leva a questionar qual é o papel exercido pelo Governo na promoção do desenvolvimento

O Governo de Moçambique, no âmbito das suas atribuições, é responsável por desenvolver abordagens que maximizem as ligações dos projectos extractivos com o resto da economia. No entanto, no âmbito da partilha de infra-estruturas públicas com as empresas do sector extractivo verifica-se que, para além de existir uma fraca ligação entre as empresas extractivas e a economia local, as infra-estruturas públicas partilhadas com esta indústria sofrem uma degradação acelerada devido ao tipo de actividades que praticam e pela intensidade do seu uso, sem nenhuma intervenção do Governo.

Importa referir que os recursos arrecadados pelo Estado através da cobrança de impostos e taxas servem, dentre outros objectivos, para a promoção do bem-estar comum, através de investimentos em bens e serviços públicos como a saúde, a educação e a segurança.

Neste âmbito, com o presente texto pretende-se levar a debate a necessidade de uma reflexão sobre o papel do Governo para garantir condições adequadas para um desenvolvimento económico local no âmbito da partilha de infra-estruturas com os projetos extractivos.

2. Moçambique não irá prosperar sem investir em infra-estruturas

Moçambique investiu nos últimos catorze anos cerca de 348 biliões de meticais em infra-estruturas diversas. Este valor representa uma média de investimento anual de 24 biliões de meticais que correspondem a uma média de 5% do PIB anual.

Estimativas do Banco Mundial mostram que caso os países da África Subsaariana resolvam os problemas de infraestruturas, em termos de quantidade e qualidade, o crescimento do PIB per capita poderá aumentar em 1,7 pp ao ano, em relação ao crescimento médio do PIB dos países em desenvolvimento. O investimento em infra-estruturas, segundo as mesmas estimativas, possibilitaria, também, um crescimento mais inclusivo aliviando a pobreza em todo o continente¹. O crescimento iria ocorrer porque o investimento do Governo pode gerar melhorias na infra-estrutura e no sistema de serviços, estradas, portos, meios de comunicação, e criar externalidades positivas sobre o investimento privado, em países com falta de infra-estrutura ou com baixa provisão de bens públicos, como é o caso de Moçambique².

O estudo do Banco Mundial mostra que países que investiram 30% do PIB, ou mais, em infra-estrutura e equipamentos

2 Montes e Reis (2011)



de capital, estão entre as economias de mais rápido crescimento, no período compreendido entre 2010-2017³.

Olhando para os gastos de Moçambique, no período compreendido entre 2010-2023, pode-se verificar que, em termos gerais, o país tem investido valores muito abaixo dos padrões indicados pelo estudo do Banco Mundial. No período indicado, o país investiu, em média, 5% do PIB em infra-estruturas, isto é, menos 25% do recomendado. Ver gráfico 1 abaixo.

Nota-se igualmente, neste período, uma tendência geral de redução do peso dos gastos no PIB. Entre 2010 e 2014 o nível de gastos aumentou de 5% para 7%. No entanto, nos anos subsequentes reduziu tendo atingindo um mínimo de 4%, entre 2015 e 2022, voltando a subir para 5%, em 2023. Esta inconsistência pode ser associada às fragilidades da afectação global do próprio orçamento do Estado que é maioritariamente para o financiamento de despesas de funcionamento (cerca de 60%). No mesmo período, pode-se ver pelo gráfico 1 que o PIB real do país cresceu numa média de 5% por ano. Considerando o estudo do Banco Mundial, significa que se o país tivesse investido 30% do seu PIB em infra-estruturas, o crescimento médio seria de 6,7%.

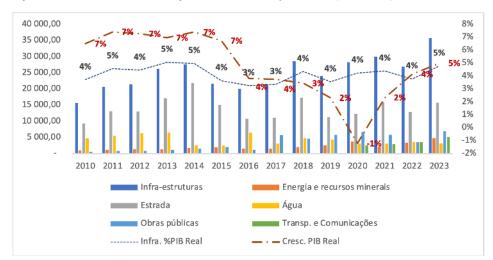


Gráfico 1: Gastos do Governo em infraestrutura em relação ao PIB (2010-2023) – Milhões de MT

Fonte: CGE, BdPESOE 2022 e BdPESOE 1º trimestre de 2023

No mesmo período do estudo, 2010-2017, pode-se verificar, segundo o Estudo do Banco Mundial, que economias como a China e a India, que investiram respectivamente 44% e 31% do PIB em infraestruturas e equipamentos de capital, registaram crescimentos médios do PIB de 7,9% e 7,3%, respectivamente. Por outro lado, países da África Subsaariana que investiram, em média, no mesmo período, apenas 20% do PIB, cresceram 3%, em média. O crescimento médio de Moçambique neste período, apesar de estar acima da média da África Subsaariana de 3%, encontra-se abaixo das economias que mais cresceram. Isto Significa que se tivessem sido canalizados mais investimentos para infra-estruturas, o país teria crescido muito acima das cifras dos países que mais cresceram.

3. Estradas de acesso aos projectos extractivos encontram-se completamente 3. degradadas

As estradas representam a infra-estrutura mais visível quando se analisam as infra-estruturas partilhadas com o sector extrativo. A maior parte das médias e grandes empresas de exploração dos recursos naturais em Moçambique, encontra-se localizada em áreas de dificil acesso. Isso dificulta, por um lado, o acesso das autoridades para poderem fiscalizar convenientemente os níveis de produção, o que afecta essencialmente o processo de cobrança do imposto de produção. Se o fiscalizador não está no local de produção, nunca saberá o que foi produzido. Por outro lado, estas empresas servem-se das mesmas estradas, existentes antes dos projectos, para escoarem os seus produtos, acelerando a sua degradação com os camiões de alta tonelagem.

Nas visitas efectuadas a África Great Wall Maning Company, HAMC-Highland African Mining Company, Lda, Kenmare, Jidal Steel e Montepuez Ruby Mining, constatou-se que as estradas de acesso a estas empresas, que também servem de meio para a operacionalização das suas actividades, encontram-se completamente danificadas (ver imagens abaixo).

A degradação das estradas, segundo o constatado, resulta do elevado nível de actividades das empresas e da falta de intervenção do Governo, que nada faz perante este cenário. Esta situação representa mais um problema relacionado com a extracção dos recursos extractivos que se soma aos já existentes e largamente discutidos a desapropriação de terras, a degradação ambiental e as doenças relacionadas com a exploração extractiva.

Figura 1: Imagens das estradas para acesso as empresas visitadas entre Junho de 2022 a Janeiro de 2023

Estrada para Ilha de Olinda - Zambezia : Empresa Àfrica Great Wall Mining (Junho de 2022)



Estrada para Marropino -Zambenia: Empresa HAMC-Highland African Mining Company (Janeiro 2023)



Estrada para Marara - Tete: Empresa Jidal Steel (Janeiro de 2023)



4. Coordenação na planificação de infra-estruturas pode reduzir o esforço orçamental e o custo das operações das empresas

Segundo constatado nas visitas, algumas das grandes empresas do sector constroem infra-estruturas que facilitam a sua logística. Mas, o usufruto das mesmas está restrita a elas, não criando ligações entre a empresa e a economia local, que pode contribuir para um desenvolvimento integrado nas comunidades que acolhem esses projectos. Pode-se citar o exemplo dos pontos de carga e descarga de areais pesadas da empresa Kenmare, em Nampula, e da África Great Wall Maning Company, na Zambézia. Igualmente, podem-se citar os aeródromos construídos por estas empresas.

O sector extractivo ainda representa uma percentagem relativamente pequena do produto interno bruto (PIB), menos de 3%, e cerca de 7% das receitas do Estado⁴. No entanto, a sua importância como potencial dinamizador de outros sectores da economia é Grande.

Conforme demostrado acima, os sucessivos Governos têm investido muito pouco para o sector de infra-estruturas. No entanto, algumas empresas mineradoras investem grandes valores em infra-estruturas como estradas, geração de energia, sistemas ferroviários e portos para dinamizar as suas próprias actividades.

Ao haver partilha de infra-estruturas entre o Governo e as empresas, por um lado, estas podem complementar os investimentos públicos, que são da inteira responsabilidade do Estado e com isto contribuir para uma redução do esforço orçamental. Por outro, as empresas têm interesse em usar infra-estruturas de qualidade que reduzam os seus custos de operação. Nesta interacção o desenvolvimento ocorre de forma natural, através da coordenação de planificação. Assim, o Governo deve planear de modo que as infra-estruturas relacionadas com as actividades extractivas sejam construídas tendo em consideração as outras actividades económicas e as oportunidades locais. Mas, o que se verifica nos locais onde os projectos operam é uma completa ausência do Estado para complementar os investimentos das empresas em infra-estruturas.

5. Conclusão

Embora seja importante reconhecer que os fundamentos para se aumentar a despesa em infra-estruturas devam ser tomados com base nas necessidades, capacidade e margem de manobra orçamental, de forma geral, os investimentos do Governo moçambicano em infra-estruturas, nos últimos anos, têm sido muito abaixo dos limites mínimos recomendados para promover um desenvolvimento mais integrado e, mais preocupante, mostram uma tendência de redução.

A expectativa dos moçambicanos, relativamente aos projectos de exploração de recursos minerais, é a de que essa exploração traga prosperidade através do aumento das receitas fiscais, criação de empregos, melhoria das infra-estruturas, estímulo ao crescimento e criação de riqueza para todos.

As visitas efectuadas aos locais de exploração de alguns projectos mostram falhas em prover infra-estruturas de transporte que possam dinamizar o desenvolvimento local.

Neste sentido, é de recomendar ao Governo que redesenhe os seus planos de construção de infra-estruturas para os locais de exploração de recursos naturais de modo que elas estejam relacionadas com as actividades extractivas e com outras actividades económicas e oportunidades locais.

6. Documentos Consultados

Edinger, H. & and Labuschagne, JP. (2021). If you want to prosper, consider building roads. Disponível em https://www2.deloitte.com/us/en/insights/industry/public-sector/china-investment-africa-infrastructure-development.html/#endnote-1. Acesso 10/05/2023

Iniciativa de Transparência da Industria Extractiva (2022). 10° Relatório da Iniciativa de Transparência da Industria Extractiva – dados de 2020. Disponível em http://www.itie.org.mz/relatorios-do-itie/. Acesso 8/05/2023

Ministério de Economia e Finanças (2023). Balanço do Plano Economico e Orçamento do Estado de 2022. Disponível em https://www.mef.gov.mz/. Acesso 9/05/2023

Ministério de Economia e Finanças (2023). Balanço do Plano Economico e Orçamento do Estado do 1º Trimestre de 2023. Disponível em https://www.mef.gov.mz/. Acesso 9/05/2023

Ministério de Economia e Finanças (vários anos). Conta Geral do Estado. Disponível em https://www.mef.gov.mz/. Acesso 9/05/2023

Montes, G.C. & Reis, A.F (2011). Investimento Público em Infra-estrutura no Período Pós-privatizações. Disponível em https://www.scielo.br/j/ecos/a/NYxPXzRGPPGN7dtZrDSnwDH/?lang=pt&format=pdf. Acesso 10/05/2023



Parceiros:

















Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Rui Mate

Revisão de pares: Edson Cortez, Gift Essinalo,

Borges Nhamirre, Estrela Charles

Revisão linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro, Bairro da Sommerschield, nº 124

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917

Cel: (+258) 82 3016391

¶@CIP.Mozambique **№** @CIPMoz www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique